



## Por uma Melhor Gestão da Coisa Pública

Caro leitor,

Neste número do Alerta, destacam-se entre as várias atividades desenvolvidas, a comunicação do Dr. José Pina Delgado por ocasião da VII Assembleia Geral das ISC-CPLP que ocorreu na Praia, em Outubro último, o encontro do Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde com o GAO e o Atelier sobre o Sistema de Avaliação de Desempenho do Tribunal de Contas de Cabo Verde.

Tenha uma boa leitura,

A Direcção

### Comunicação de José Pina Delgado por ocasião da VII Assembleia Geral das ISC-CPLP

*“A importância do Tribunal de Contas na consolidação do Estado de Direito Democrático, do Estado Social e da República.”*

O objeto central da palestra do Professor José Pina Delgado foi identificar o papel dos Tribunais de Contas nas modernas Repúblicas Sociais de Direito Democrático.

O conferencista apresentou 4 modelos políticos de Estado: O Estado Democrático, Estado de Direito, Estado Social e Estado Republicano, para sustentar que o modelo constitucional de Cabo Verde e o dos outros dos países de expressão portuguesa, resultam da sobreposição desses modelos, sendo, a um tempo, Estados de Direito, Estados Democráticos, Estados Sociais e Estados Republicanos.



*“Os nossos Estados, como regra e pelo menos formalmente, são Repúblicas Sociais de Direito Democrático, como decorre, aliás, da forma como são concebidos, constitucionalmente, e sem embargo de a relação entre os pilares constitutivos ser tensa, entrando em choque o Estado de Direito Democrático e o Estado Democrático, ou o Estado de Direito e o Estado Republicano ou ainda o Estado de Direito e o Estado Social.”*

Perante Estados republicanos e sociais de direito democrático o palestrante defendeu que a “questão do controlo financeiro ocupa um papel central, precisamente porque ela decorre da possibilidade de intervenção do Estado sobre a propriedade e em alguns casos sobre a liberdade das pessoas”.

José Pina Delgado explicou que uma vez que o Estado, para executar as suas atividades e atribuições, carece de recursos e em muitos casos vai buscá-los ao património privado das pessoas por via de impostos, a “questão do controlo financeiro merece uma importância ainda maior”. E é precisamente por o Estado gerir recursos provenientes de privados, transformados em públicos, exige-se uma transparência e rigor do controlo exercido pelas Instituições Superiores de Contas.

*“Do ponto de vista financeiro, nos nossos modelos políticos, os cidadãos são obrigados a pagar impostos. Em certas constituições, como, por exemplo, a cabo-verdiana e a angolana são concebidos explicitamente como verdadeiros deveres fundamentais; em outras seriam deveres fundamentais implícitos.”*

Em relação ao caso concreto de Cabo Verde, o Professor de Direito do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais - ISCJS -, defendeu a necessidade do reforço do poder de fiscalização do Tribunal de Contas dentro do permitido pelo Estado Democrático e Republicano. José Pina Delgado está confiante que com a alteração da lei de 1993, a espera de discussão e aprovação no Parlamento vão-se ...“expandir” as competências deste órgão que passará a ter possibilidade de entrar e garantir a fiscalização financeira em certas áreas que não tinha nem possibilidade e nem acesso anteriormente.

Nas considerações finais da sua intervenção o professor José Pina Delgado falou do papel dos Tribunais de Contas no combate a corrupção e patrimonialismo, que segundo ele podem destruir uma República e abalar a confiança dos cidadãos. Neste sentido o conferencista atribui as Instituições Superiores de Contas um papel decisivo para a sobrevivência da própria República Social de Direito Democrático.

#### Reforço do Tribunal de Contas de Cabo Verde

Na sua comunicação o professor José Pina Delgado explicou que perante a situação em que há uma expansão do Estado também as instituições de controlo “devem acompanhar estas necessidades que o país coloca”. Neste caso recomendou o reforço do quadro de magistrados do Tribunal de Contas de Cabo Verde e também a necessidade de mais apoio técnico, para que este órgão possa exercer de forma mais eficaz as atribuições que lhe são conferidas pela lei.

#### Contribuições deixadas pela plateia

Durante o debate, o Prof. Guilherme d’Oliveira Martins, Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, fez algumas considerações sobre o tema da conferência realçando o papel das Instituições Superiores de Controlo quanto à fiscalização das contas do Estado, tendo exemplificado nesta matéria várias experiências da Instituição que dirige.



Intervindo igualmente no debate, o Representante do Ministério Público junto do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Dr. João Pinto Semedo, considerou extremamente importante ter junto do Tribunal de Contas um Representante do MP permanente, que se ocupa exclusivamente dos processos que são tramitados nesse Tribunal, e poder contribuir para um melhor exercício das funções de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe.

Acrescentou dizendo que a generalidade das legislações dos países que integram a CPLP prevê uma representação do Ministério Público junto do Tribunal de Contas, mas poucos são os Estados que têm uma representação permanente e a tempo inteiro. A título de exemplo apontou o caso português, onde o Procurador-Geral da República está representado por um Procurador-Geral Adjunto a tempo inteiro junto do Tribunal de Contas.

São Tomé e Príncipe e Timor Leste não têm representação junto do Tribunal de Contas e, Cabo Verde, só muito recentemente, passou a contar com um Representante do Ministério Público a título permanente.

Durante o debate foram ainda apontadas soluções mais avançadas como aquela que existe no Tribunal de Contas de Portugal que aplica

sanções quando as recomendações não são cumpridas. Isto dá uma muito maior eficácia no cumprimento destas recomendações, além de haver transparência quanto à divulgação das recomendações que não são cumpridas.

Os participantes da palestra expressaram também uma “preocupação permanente” quanto à necessidade da modernização dos Tribunais de Contas da CPLP nas suas várias vertentes de modo a que estas possam estar na vanguarda das orientações definidas pela INTOSAI e demais organizações regionais como a CREFIAF.

#### Encontro do Presidente do TCCV com o GAO

O Presidente José Carlos Delgado, manteve no passado 7 de Novembro um encontro de trabalho com o GAO – Grupo de Apoio Orçamental-composto, de entre outros, por representantes da União Europeia, Banco Mundial, Luxemburgo e do Banco Africano de Desenvolvimento. Na ocasião foi prestada à Missão informações acerca da nova lei de organização e funcionamento do Tribunal de Contas e do acesso do Tribunal ao sistema SIGOF e à próxima entrega ao Parlamento por parte do Tribunal de Contas do Parecer da Conta Geral do Estado referente ao ano de 2010.

Quanto à lei de Organização e Funcionamento referiu às correspondências que vêm sendo trocadas entre ele e a Sra. Ministra das Finanças, havendo, segundo informações, intenção do Governo de fazer a sua entrega no Parlamento no 1.º Semestre de 2013.

#### Balço do Plano de Comunicação

No quadro da implementação do seu Plano de Comunicação e tendo em vista o fortalecimento da imagem institucional do Tribunal, teve lugar no passado dia 19, na sala de reuniões, uma ação de divulgação das atividades levadas a cabo no decurso deste ano, tendo na altura sido destacada, entre outras, a edição de vários suportes de informação, designadamente o Plano Estratégico II, o Anuário do Tribunal de Contas, o Alerta e a identificação do pessoal.



Na ocasião o Presidente do Tribunal, Dr. José Carlos Delgado dirigiu palavras de agradecimentos a todos aqueles que têm contribuído na elaboração dos principais instrumentos de divulgação das atividades do Tribunal, nomeadamente o jornal eletrónico Alerta, tendo por outro lado incentivado a todos os funcionários a contribuírem com o seu engajamento e esforço para uma cada vez maior consolidação da nossa Instituição.



## ACONTECE

### Secretaria Judicial com novo rosto

O Tribunal de Contas está a proceder à organização da sua Secretaria Judicial e consequentemente dos arquivos das Contas de Gerência. Tal iniciativa surge no quadro de um projecto financiado pela União Europeia e que visa a aceleração de análise das contas de gerência. A mesma contou com o apoio de uma missão de dois Técnicos do Tribunal Regional de Contas de Bourgogne que estiveram entre nós no passado mês de Setembro, isto fruto da cooperação existente entre a nossa Instituição e os Tribunais de Contas Franceses.



Por outro lado, tendo em conta a exiguidade do espaço para albergar todos os documentos que são enviados para análise e julgamento, torna-se imperiosa a devolução dos processos após decisão.

Neste particular, para além da organização do espaço e dos arquivos, a aceleração na análise das Contas, o serviço ganhou também um novo rosto.



## VAI ACONTECER

### Estratégia de redução das Contas em atraso

No quadro das estratégias de redução das contas em atraso no Tribunal de Contas, estará entre nós, de 3 a 7 de Dezembro próximo a Auditora Coordenadora do Tribunal de Contas de Portugal, Dra. Leonor Corte Real Amaral em mais uma missão de trabalho.

A ocasião será aproveitada para a apresentação e aprovação do documento que define as linhas estratégicas de redução de Contas em atraso, devendo ainda ser apresentada ao plenário uma proposta das contas que deverão ser objecto de arquivamento, quitação e declaração de conformidade. Será ainda feito nesta altura o balanço da execução do projecto que sustenta esta missão.

## ACONTECEU

### Tribunal de Contas em Sessão Plenária

O Tribunal de Contas de Cabo Verde esteve reunido em sessão plenária, nos dias 11 de Outubro, 2 e 8 de Novembro de 2012 para análise, apreciação e julgamento de vários processos. Assim sendo, a Sessão do dia 11 de Outubro debruçou sobre os aspetos organizativos da VII.ª Assembleia Geral dos Tribunais de Contas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

De igual modo fez a apreciação e julgamento dos processos da Câmara Municipal da Praia, referentes aos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, bem como a reapreciação e julgamento do processo de recusa de visto referente à nomeação do Sr. Sandro Lima Lopes para o cargo de enfermeiro Geral, Escalão V, índice 100 do Ministério da Saúde.

Por outro lado, no Plenário do dia 02 de Novembro foram analisados os processos referentes às Contas de Gerência do Instituto Superior de Educação, relativas ao ano de 2002; às Contas de Gerência do Instituto Superior de Educação, relativas aos anos de 2004 e 2005 e finalmente analisou-se o Relatório de Auditoria Financeira e de conformidade ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa relativa ao ano de 2011.

### Atelier sobre o Sistema de Avaliação de Desempenho do Tribunal de Contas de Cabo Verde

O Tribunal de Contas atento à sua missão de organização e necessidades de gestão, decidiu pelo desenho de um sistema de avaliação de desempenho próprio (Sistema de Avaliação de Desempenho do Tribunal de Contas de Cabo Verde / SAD) resultante da natureza do serviço que presta, bem como a correspondente estratégia de gestão de recursos humanos.

Para a correta implementação do SAD é fundamental a capacitação dos seus utilizadores, conforme recomendações do Balço de Competências, associado aos Planos de Desenvolvimento Individuais. Para o efeito realizou no passado dia 13 de Outubro, na cidade da Praia, um atelier em que foram facilitadoras as Dras. Helena Curado Tolentino - Consultora e Dulcelina Correia Silva, Auditora da Unidade de Recursos Humanos do Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas, recorde-se, exerce um papel importante na edificação de um Estado de Direito democrático, onde a gestão da coisa pública deve ser feita de forma económica, eficaz e transparente. No exercício das suas atribuições, o Tribunal de Contas, aprovou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional, para o período 2012-2015, o qual aponta medidas para a superação dos constrangimentos que condicionam a sua atuação.



No que se refere aos recursos humanos, indica, nomeadamente, a capacitação dos mesmos, o aumento da produtividade e da qualidade. Neste âmbito, o TCCV vem desenvolvendo um conjunto de atividades com vista à capacitação institucional e técnica que facilite a elevação da qualidade e credibilidade dos resultados da sua ação.

O processo de gestão de recursos humanos no TCCV encontra-se em fase de alinhamento com a missão, visão, valores e objetivos estratégicos e, para o efeito, um conjunto de instrumentos indispensáveis à estruturação dos processos de trabalho encontra-se em fase adiantada de desenvolvimento. A instituição já dispõe do Manual de Funções e Diretório de Competências, Balço de Competências dos funcionários e os Manuais de Procedimentos para as áreas chave.

Esta ação, que visou dar a conhecer as finalidades da avaliação do desempenho bem como minorar os efeitos dos fatores subjetivos de apreciação, destinou-se igualmente a potenciar as capacidades internas para o uso eficiente dos instrumentos de gestão da avaliação de desempenho.